

EDUCAÇÃO, GÊNERO E RAÇA: como as opressões afetam o acesso de mulheres negras ao Ensino Superior

EDUCATION, GENDER, AND RACE: how oppressions affect Black women's access to higher education

Larissa de Oliveira Santos¹

Vagner Felix da Silva²

Fábio José Paz da Rosa³

RESUMO: Historicamente, a população negra encontra dificuldade em acessar o sistema educacional, e quando realizamos um recorte socioeconômico e de gênero, a situação fica ainda mais discrepante. Com o objetivo de compreender as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras no acesso ao ensino superior na sociedade brasileira, este artigo visa analisar a partir de dados estatísticos quais as barreiras impostas a esses indivíduos para alcançarem espaço no meio universitário. Para isso, utilizamos as contribuições intelectuais de Lélia González e bell hooks que expõem, a partir do conceito de interseccionalidade, as diversas formas de violências, como o racismo e o sexismo, que são sobrepostas às mulheres negras, dificultando o ingresso e a permanência no espaço acadêmico, majoritariamente branco e elitizado. Concluimos que a presença das mulheres negras nesse espaço, configura-se como uma importante e necessária resistência no combate contra o racismo em suas mais variadas nuances.

Palavras-chave: Mulheres negras; Interseccionalidade; Gênero; Raça; Ensino superior.

ABSTRACT: Historically, the black population has faced difficulties in accessing the educational system, and when considering socioeconomic and gender factors, the situation becomes even more disparate. Aiming to understand the inequalities faced by Black women in accessing higher education in Brazilian society, this article seeks to analyze, based on statistical data, the barriers imposed on these individuals in their pursuit of space within the university environment. To this end, we draw on the intellectual contributions of Lélia González and bell hooks, who, through the concept of intersectionality, expose the various forms of violence—such as racism and sexism—that are imposed on Black women, making both entry and permanence in the predominantly white academic space more difficult. We conclude that the presence of Black women in this space represents an important and necessary act of resistance in the fight against racism in its many forms.

Keywords: Black women; Intersectionality; Gender; Race; Higher education.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Pesquisa Didáticas Audiovisuais para a Docência e a Infância (DAUDI). Email: larissaaverly@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3042588629253863>.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: axeavagnersilva@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0259228783151182>.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto do Departamento de Educação e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Demandas Populares e Contextos Contemporâneos (PPGEDUC/UFRRJ). Líder do Grupo de Pesquisa Didáticas Audiovisuais para a Docência e a Infância (DAUDI). Email: fabiojp22@ufrrj.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2231168975092887>.

INTRODUÇÃO

O mito da “democracia racial” implementou no imaginário brasileiro a ideia de que pessoas negras e brancas são tratadas da mesma forma social e politicamente, e compartilham, de forma equânime, os direitos assegurados pelo Estado aos seus cidadãos. Tal façanha foi tão bem construída que, inúmeras vezes, foi utilizada como argumento para conter as reivindicações da população negra quanto à garantia e ao cumprimento de leis específicas para sua sobrevivência, bem como para desqualificar a produção intelectual que aborda as relações étnico-raciais como tema central. Se, nos dias atuais, conhecemos toda a arquitetura projetada por trás desse mito, também é possível afirmar que, infelizmente, seus ideais ainda seguem sendo reverberados. Seja de forma explícita, ao se posicionarem politicamente contra a Lei de Cotas Raciais, classificando-a como privilégio para que pessoas negras adentrem o espaço acadêmico; seja de maneira implícita, ao criar barreiras que dificultam o trabalho com questões referentes à Cultura e História Africana e Afro-Brasileira em sala de aula — como determina a Lei nº 10.639/2003 —, por julgarem desnecessária essa ação, seus difusores e apoiadores ainda insistem em sustentar que não há diferenças na forma como negros e brancos são tratados.

Sabe-se que a raiz desse mito possui origens bem mais remotas e serviu como tentativa de amenizar os horrores causados pelo período escravocrata, bem como o abandono de milhares de ex-escravizados à própria sorte, na construção de uma narrativa destinada a justificar o horror físico, psicológico, simbólico, humano e social produzido pela máquina colonial. Se o processo de colonização foi responsável pela desumanização de pessoas negras traficadas do continente africano, colocando-as em posições marginais, a criação do conceito de raça serviu para justificar e intensificar a dominação sobre esses corpos. Segundo Aníbal Quijano (2005), raça constitui uma “categoria mental da modernidade” (p. 17), elaborada para naturalizar os processos de dominação da Europa sobre os povos não europeus.

Ao lado do marcador racial, o gênero também opera como elemento estruturante das divisões sociais e políticas, determinando papéis, lugares e tipos de acesso aos quais os sujeitos podem ou devem chegar. Quando se trata das mulheres negras, essas divisões tornam-se ainda mais cruéis, como nos adverte Lélia Gonzalez (2020). Segundo a autora, as mulheres negras são as que mais sofrem violações de direitos, sendo historicamente relegadas ao subemprego, à exploração e às mais diversas formas de violência, o que impacta diretamente suas possibilidades de acesso e permanência no sistema educacional.

Dessa forma, mulheres negras carregam em suas existências marcas que evidenciam que “não são iguais a todas as mulheres, porque sua experiência tem um componente [...] racial, [assim como] não são iguais a todos os homens, porque o gênero implica relações específicas de trabalho [...]” (Santos; Carneiro, 2024, p. 5). A dupla fratura social, gênero e raça, que divide e categoriza os sujeitos exerce, na vida das mulheres negras, controles capazes de deslocar a decisão sobre suas próprias vidas para as mãos de seus algozes. Tal mecanismo, inicialmente operado sob a lógica colonial, permanece ativo por meio da colonialidade do poder (Quijano, 2005), mantendo a subalternização desses corpos. Assim, desde o tráfico humano, as trajetórias e lutas das mulheres negras já eram atravessadas por dinâmicas interseccionais, antes mesmo de esse termo ser formalmente conceituado.

Este artigo tem como objetivo analisar as interseções entre raça e gênero e seus impactos no acesso à educação das mulheres negras, com ênfase no ensino superior. Para isso, realiza-se uma análise qualitativa fundamentada em dados secundários e no aporte teórico da interseccionalidade, visando compreender a realidade educacional brasileira a partir dos recortes de gênero e raça. A adoção dessas abordagens possibilitou uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos relacionados ao racismo, à educação e às desigualdades sociais, ultrapassando a mera quantificação dos dados (Godoy, 1995). Além disso, permitiu a análise sob uma perspectiva subjetiva, enriquecendo a compreensão do tema. Utilizam-se, ainda, os pressupostos metodológicos de Gil (2007), que enfatiza a construção analítica a partir da interpretação de conteúdos e exemplos ilustrativos.

Esta pesquisa visa contribuir para uma compreensão mais profunda das barreiras enfrentadas por essas mulheres e subsidiar políticas públicas inclusivas. Consideramos pertinente abordar esse assunto diante da persistência de desigualdades raciais e de gênero que afetam esse grupo em múltiplas esferas sociais, perpetuando e, até mesmo, normalizando casos de exclusão e violência. Apesar dos avanços legislativos e políticos, essas mulheres continuam sendo desproporcionalmente afetadas pelas estruturas de opressão.

1. DESIGUALDADES DE RAÇA E GÊNERO

Não se pode negar os progressos alcançados pelo movimento feminista, que ao longo da história conquistou avanços significativos em relação à autonomia das mulheres, como o direito ao voto, à educação e ao trabalho remunerado, mas essas conquistas não foram universalmente inclusivas. O feminismo tradicional, historicamente, negligenciou as experiências e subjetividades das mulheres negras, priorizando pautas específicas às mulheres brancas e de classe média (Gonzalez, 1988). Essa omissão resultou em uma representação limitada das mulheres negras no movimento feminista hegemônico, perpetuando a posição subjugada das mulheres negras em relação aos outros grupos sociais. As mulheres negras, dessa forma, enfrentam opressões decorrentes do racismo, do sexismo e do classismo. Essa interseção de opressões afeta todas as esferas da realidade vivida por esse grupo. Afinal, a definição do que é ser uma mulher negra no contexto da nossa sociedade foi primeiro forjada a partir da lente do homem branco, que a colocou no lugar inferior pela ótica racista e sexista, negando sua condição humana e apropriando-se do seu corpo e através da lente das mulheres brancas, que as enxergavam como serviçais e subalternas. Logo, a invisibilidade social à qual foram relegadas fez com que qualquer forma de protagonismo na luta por melhores condições de vida fosse desacreditada.

A distinção racial e étnica como característica fundamental do racismo tem raízes profundas na história brasileira. A escravidão, que perdurou por mais de três séculos, deixou marcas indeléveis de discriminação e exclusão social que persistem até a atualidade. A abolição da escravatura em 1888 não foi acompanhada de políticas eficazes de integração e inclusão dos povos escravizados na sociedade brasileira. Assim, a subordinação e marginalização da população negra persistiram, perpetuando uma mentalidade escravocrata que permeia as estruturas políticas, sociais e econômicas. A ausência de políticas de inclusão e reparação resultou na exclusão sistemática dos recém-libertos do acesso à educação, saúde, emprego digno e participação política. Isso resultou na concentração de populações negras em periferias urbanas, caracterizadas por precariedade, pobreza e falta de oportunidades. A falta de acesso à educação foi particularmente prejudicial, reforçando ciclos de pobreza e exclusão. As mulheres negras foram especialmente afetadas, enfrentando interseções de opressão racial e de gênero que limitaram suas oportunidades educacionais e profissionais. Embora 56,1% da população brasileira se identifique como preta ou parda, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), observa-se uma discrepância significativa na representatividade dessa parcela da população no mercado de trabalho. Apesar de constituírem a maioria numérica, apenas 29,9% dos cargos de gestão são ocupados por indivíduos pretos ou pardos, enquanto 68,6% são ocupados por pessoas brancas. Outros dados são importantes para que possamos compreender as desigualdades às quais está confinada a população negra no Brasil, sobretudo as mulheres negras.

De acordo com o Atlas da Violência, lançado em 2024, com informações referentes ao ano de 2022, 64,4% das mulheres assassinadas no território brasileiro eram negras. Esse número representa quase o dobro do total quando comparado a mulheres não negras. Já os resultados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) em 2019 “concluem que a maior taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou no domicílio de parente ocorreu entre as mulheres negras, com uma taxa acima dos 90%” (Pereira; Pereira; Pocahy, 2021, p. 1364). A assimetria observada revela a persistência de desigualdades raciais estruturais no Brasil, onde a população negra enfrenta barreiras significativas para acessar posições de poder e liderança. Essa exclusão está intimamente relacionada ao acesso desigual à educação, pois o conhecimento formal se tornou pré-requisito fundamental para alcançar posições de sucesso e influência na sociedade.

2. MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO

O ambiente educacional, seja a escola ou a universidade, é fundamental para a constituição da sociedade na era contemporânea. A educação, especialmente o ensino superior, promove conhecimentos e habilidades que podem influenciar a estrutura social. Dessa forma, emerge como um fator crucial para superar as desigualdades existentes, promovendo oportunidades de reconhecimento, crescimento profissional e ascensão social. No entanto, a baixa presença de mulheres negras no ensino superior evidencia uma lacuna significativa. Nas últimas duas décadas, a implementação de políticas educacionais inclusivas no Brasil resultou em uma redução significativa das taxas de analfabetismo. No entanto, persistem desigualdades raciais evidentes. De acordo com dados do IBGE (2023), a taxa de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas (15 anos ou mais) é de 7,1%, enquanto entre brancos é de 3,2%. Enquanto o PNAD (2020) identificou que o abandono escolar antes das séries do ensino médio é maior entre as pessoas negras (71,7%), comparado às pessoas brancas (27,3%). Essas discrepâncias sugerem que, apesar dos avanços, a população negra continua sendo a mais afetada pela exclusão educacional.

Além disso, o acesso ao ensino superior também apresenta desigualdades. O estudo do IBGE (2023) revela que, entre estudantes de 18 a 24 anos, 26,5% dos brancos frequentavam o ensino superior, enquanto apenas 16,4% dos estudantes negros tinham acesso a esse nível de educação. Embora a Lei nº 12.711/2012 tenha estabelecido cotas no ensino superior, ainda há um considerável caminho a percorrer para alcançar a igualdade educacional entre brancos e negros. Análises feitas a partir do recorte racial revelam desigualdades significativas entre mulheres brancas e negras no acesso à educação superior. Conforme dados do IBGE (2022), a taxa de graduação entre mulheres brancas alcança 29%, enquanto mulheres negras (pretas e pardas) apresentam taxa de 14,7%, evidenciando uma discrepância de quase 50% em relação às mulheres brancas. Esses resultados destacam a magnitude das desigualdades raciais no acesso ao ensino superior.

Os dados evidenciam que o racismo estrutural exerce um impacto significativo na trajetória acadêmica das mulheres negras, perpetuando sua marginalização e exclusão de oportunidades de sucesso. Especificamente, a limitada acessibilidade ao ensino superior perpetua essa desigualdade, reforçando a exclusão histórica dessas mulheres de espaços de educação e oportunidades de ascensão social. As manifestações de racismo fazem parte de um sistema complexo, que vai além de suas expressões explícitas e visíveis. Esse sistema opera de forma sutil, perpetuando a inferiorização das pessoas negras por meio de estruturas sociais que reforçam uma hierarquia de privilégios baseada em raça e gênero. Nesse contexto, as mulheres negras enfrentam uma dupla opressão, acumulando desvantagens e discriminações tanto em razão de sua raça quanto de seu gênero, o que as coloca em uma posição de extrema vulnerabilidade e subordinação.

A estrutura de poder dominante desempenha um papel fundamental na reprodução e perpetuação de padrões de desigualdade racial e de gênero. Em vez de apenas permitir, essa estrutura ativamente produz e reforça uma hierarquia de desigualdades, consolidando um sistema de opressão que se manifesta em múltiplos níveis. Isso inclui o racismo institucional, estrutural e simbólico, que se inscreve nas práticas e discursos sociais, reforçando a desigualdade racial e de gênero de maneira sutil, mas profunda. Como resultado, essa camada sistêmica de opressão passa despercebida, mas exerce um impacto duradouro na sociedade, perpetuando a marginalização e exclusão de grupos subordinados.

O racismo estrutural no Brasil, conforme destacado por Carneiro (2003), permeia todas as esferas sociais, econômicas e políticas, perpetuando desigualdades históricas e reforçando a exclusão social. A escritora brasileira afirma categoricamente que “o acesso desigual à educação é um dos principais mecanismos de reprodução da desigualdade” (p. 115), evidenciando a relação direta entre educação e desigualdade. Nessa perspectiva, a ausência de mulheres negras no ensino superior brasileiro constitui uma forma de perpetuar sua vulnerabilidade econômica e social. Isso reforça a exclusão histórica e limita suas oportunidades de ascensão social, empoderamento e participação política. Essa dinâmica de exclusão educacional reforça a desigualdade racial e de gênero, perpetuando ciclos de pobreza, subemprego e marginalização. Além disso, limita o acesso a recursos, oportunidades e serviços essenciais, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais. A noção de interseccionalidade, embora tenha ganhado destaque nas últimas duas décadas, foi abordada de forma pioneira por autoras como Lélia Gonzalez (1988) e bell hooks (1981). Essas pensadoras destacaram a importância de analisar as opressões interseccionais experimentadas por mulheres negras, considerando o cruzamento entre sexismo e racismo.

Conforme hooks (1981) argumenta, a opressão das mulheres negras tem raízes históricas, remontando à escravidão. A autora afirmou que “a experiência das mulheres negras não pode ser compreendida apenas em termos de raça ou gênero, mas sim como uma intersecção dessas duas categorias” (p. 23). Essa perspectiva teórica enfatiza a importância de considerar as múltiplas formas de opressão que se cruzam e se reforçam entre si. Lélia Gonzalez (1988) também contribuiu significativamente para a discussão sobre a opressão interseccional, destacando que as mulheres negras enfrentam uma dupla opressão, resultante da intersecção entre o racismo e o sexismo. Essa intersecção gera uma intensificação das opressões, perpetuando violência, exclusão e desigualdade. Gonzalez enfatiza que “a história das mulheres negras no Brasil é uma história de resistência, de luta e de superação” (p. 15), evidenciando a capacidade de resiliência e empoderamento dessas mulheres diante das adversidades.

As autoras supracitadas, a partir da perspectiva interseccional, expõem as relações sociais que atravessam a existência de mulheres negras e elaboram uma leitura crítica sobre essas relações e o poder exercido sobre esses corpos. Convidam -nos a abandonar a ideia universalista e analisar quais posições certos grupos ocupam, a quais situações estão submetidos e por que. Ao observarmos que, a depender da classe, da raça e do gênero, as oportunidades são diferenciadas, seremos capazes de formular políticas que, de fato, possam transformar determinada realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, nesta pesquisa, analisar como a desigualdade, em especial a desigualdade educacional, tem impactado a vida de mulheres negras, que se mostram duplamente oprimidas, uma vez que são acometidas por violências decorrentes do racismo e do sexismo predominantes na sociedade brasileira. Por meio da análise de dados quantitativos, foi constatado que mulheres negras representam quase metade do percentual no ensino superior em comparação às mulheres brancas, além de serem mais acometidas pelo analfabetismo. Com a análise do conteúdo, foi possível observar como mulheres negras são subjugadas, subrepresentadas e excluídas dos espaços de conhecimento. Consequentemente, essas mulheres enfrentam maiores dificuldades para ocupar cargos de poder, uma vez que a educação formal se tornou um importante requisito para a ascensão social e econômica. A partir da lógica colonialista, os saberes e feitos dessas mulheres no espaço acadêmico não são considerados ciência legítima, o que dificulta sua permanência na carreira como docentes e pesquisadoras.

A partir da análise dos dados quantitativos e da literatura, é possível concluir que a interseccionalidade constitui um conceito fundamental para compreender as experiências de opressão e discriminação enfrentadas pelas mulheres negras, uma vez que tanto os desafios de gênero quanto os étnico-raciais perpassam suas trajetórias ao longo da vida, potencializando os efeitos das opressões que as atingem. A estrutura de poder dominante, baseada em uma hierarquia de privilégios que beneficia principalmente homens brancos, perpetua a marginalização das mulheres negras em todos os espaços de prestígio da sociedade, limitando seu acesso a empregos de qualidade, à saúde, à participação política e à educação. Por tais razões, torna-se fundamental que as políticas públicas e as instituições educacionais considerem as opressões e hierarquias de poder como questões centrais a serem enfrentadas na busca pela igualdade racial e de gênero.

A constatação da desigualdade educacional que afeta mulheres negras evidencia, ainda, a necessidade de investigações aprofundadas sobre as causas e consequências históricas dessa discrepância, bem como da formulação de políticas públicas eficazes para reduzir as desigualdades no ensino superior. Dessa forma, é fundamental que futuras pesquisas e ações institucionais sejam direcionadas para a promoção da equidade educacional. Somente por meio da compreensão e do enfrentamento dessas dinâmicas de poder será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres, independentemente de sua raça ou etnia. Por fim, este texto apresenta-se também como uma ferramenta de reflexão e pesquisa, contribuindo para a compreensão da dimensão das violências sofridas pelas mulheres negras na sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito ao acesso e à permanência no ensino superior, desfazendo qualquer crença que sustente a ideia de que, nas terras de cá, triunfa de forma cintilante e harmônica a chamada democracia racial.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 1995.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil 2018. IBGE, 2019.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua [PNAD Contínua]. **Educação 2023**. IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf> Acesso em: 30 dez. 2024.

_____. **ESTATÍSTICAS DE GÊNERO:** indicadores sociais das mulheres no Brasil 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf> Acesso em: 30 dez 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da violência 2024. **CERQUEIRA**, Daniel; **BUENO**, Samira (coord.) – Brasília, Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:** uma abordagem político-econômica (1979). In: **RIOS**, F.; **LIMA**, M. (org.). **POR UM FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **SANTOS**, Maria das Dores Campos (Org.). Mulher negra. São Paulo: Nobel, 1988. p. 35-46.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

PEREIRA, Camila Santos; **PEREIRA**, Anamaria Ladeira; **POCAHY**, Fernando. **Mulheres negras no Ensino Superior: ressonâncias e(m) escrevivências**. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1360–1377, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/67872>. Acesso em: 28 dez. 2024.

PNAD, IBGE. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA: Educação 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 28 dez. 2024.

SANTOS, Jaqueline; **CARNEIRO**, Suelaine. **ENFRENTAR O RACISMO E SEXISMO PARA RECONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL EM UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: a proposta das mulheres negras**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 45, e267191, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sshpGqmmjMnSZNSjZpY77gn/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2024.